

## EXPLORANDO ALGUMAS DAS CAUSAS PARA A EXPULSÃO DA POPULAÇÃO POBRE DE BELO HORIZONTE – MG/BRASIL

**Thiago Canettieri**

Mestrando em Geografia pela PUC-Minas, Av: Dom José Gaspar, 500 Coração Eucarístico – Belo Horizonte/MG – CEP 30535-901 – Prédio 06 – Sala 101 – Departamento de Geografia.  
E-mail: Thiago.canettieri@gmail.com

**Thiago Gonçalves**

Graduado em Geografia pela PUC-Minas, Av: Dom José Gaspar, 500 Coração Eucarístico – Belo Horizonte/MG – CEP 30535-901 – Prédio 06 – Sala 101 – Departamento de Geografia.  
E-mail: tgpereira@gmail.com

**Rita de Cássia Liberato**

Doutora em Geografia pela PUC-Minas – Professora do departamento de Geografia da PUC-Minas, Av: Dom José Gaspar, 500 Coração Eucarístico – Belo Horizonte/MG – CEP 30535-901 – Prédio 06 – Sala 101 – Departamento de Geografia  
E-mail: rcliberato@gmail.com

### Resumo

Frente à produção das cidades de forma a satisfazer necessidades claras ligadas às classes dominantes, aquelas que estão subjugadas se tornam pouco consideradas no processo de produção do espaço urbano. Nesse artigo, parte de uma pesquisa maior, exploram-se as causas que estão relacionadas com a expulsão da população pobre de Belo Horizonte para os municípios do entorno, criando novas periferias na escala metropolitana. Os resultados revelam a ação orquestrada dos diversos mecanismos atuando como forma de transformar Belo Horizonte, cada vez mais, em uma cidade voltada para satisfazer as necessidades econômicas.

**Palavras-chave:** Exclusão; segregação espacial; expulsão; Belo Horizonte.

### Abstract

Front of the production of cities to meet clear needs linked to the ruling classes, those who are subjugated become little considered in the process of production of urban space. In this article, part of a larger research explores the causes that are related to the expulsion of the poor from Belo Horizonte to the surrounding municipalities, creating new suburbs on the metropolitan scale. The results reveal the concerted action of several mechanisms acting as a way of transforming Belo Horizonte, increasingly, in a city geared to meet economic needs.

**Keywords:** Exclusion; Spatial Segregation; Expulsion; Belo Horizonte.

### Introdução

A produção teórica referente da economia política da urbanização se dedicou a analisar o processo de expansão da urbanização capitalista. Esse processo, conforme identificado por inúmeros pesquisadores

como Santos (1982; 1990; 1993), Harvey (1980; 2012), Kowarick (1980), Vainer (2000), Liberato (2007), Andrade e Mendonça (2010) entre tantos outros, se realiza através da produção de uma cidade fragmentada – tal como a própria divisão da sociedade em classes – mas

articulada – para atender as necessidades de sua produção. Assim, a cidade capitalista se produz através de uma lógica segregacionista, que exclui aquelas pessoas que não podem arcar com as despesas de se viver na área central (mais bem dotadas de infraestrutura e equipamentos) são levadas a ocupar as periferias, contribuindo, ainda mais, para a segregação.

Em Belo Horizonte foi identificado por Canettieri, Gonçalves e Liberato (2012) um processo de expulsão da população pobre que antes residia na capital Belo Horizonte, mas que foi ocupar outros municípios, limítrofes à capital, devido à incapacidade de pagar os elevados custos de vida em Belo Horizonte. Identifica-se assim um processo de expansão da periferia de Belo Horizonte, alcançando os municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano, Lagoa Santa, Sabará e Ibirité, sendo essa expansão realizada principalmente devido ao deslocamento da população pobre. Assim, nesse artigo exploram-se algumas das causas que contribuem para esse processo. Objetiva-se, dessa forma, desvelar os processos excludentes nos quais Belo Horizonte vem produzindo, levando milhares de pessoas para distantes periferias, com precária infraestrutura e péssimas condições de vida.

Como é expresso por Dikeç (2008, p.2) é importante compreender “não somente as manifestações espaciais da injustiça, mas os processos que produzem as injustiças espaciais”. Dessa forma é necessário investir nessa compreensão, pois são os processos geradores que produzem as formas encontradas.

Para o desenvolvimento do artigo foi utilizado informações mais recentes sobre as temáticas abordadas que são: Comportamento do mercado imobiliário, déficit habitacional, projetos de urbanização de vilas e favelas, programas de habitação popular, remoção de habitações de baixa renda, promover o crescimento do tecido urbano. Dentro desses elementos analisados a partir da realidade de Belo Horizonte, discute-se a formação de uma organização para se produzir uma metrópole corporativa, como é descrita por Santos (1980).

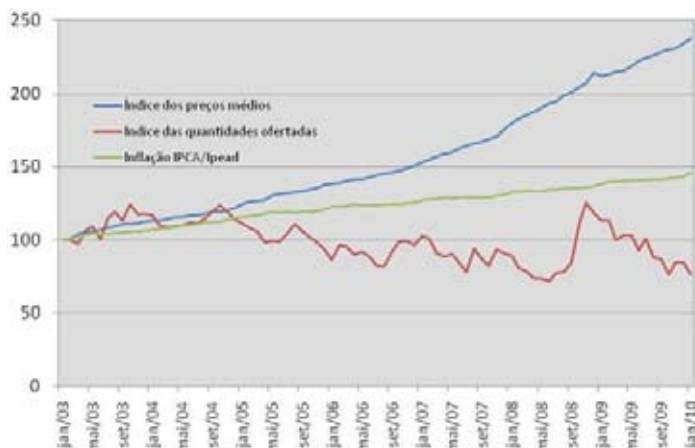
## O nível de preços praticados no mercado imobiliário

Um dos principais e mais poderosos mecanismos de expulsão é o mercado imobiliário, hora atuando de forma liberal do livre-mercado; ora com apoio intencional do poder público oferecendo infraestrutura que contribui para o aumento dos preços da terra. Diversos estudiosos já ressaltaram a importância de entender o mercado imobiliário na produção da cidade capitalista, como Lojkine (1981) ou Harvey (2012). No contexto de

Belo Horizonte a situação não é diferente. O mercado imobiliário é inflado, aumentando preços de forma exorbitante da terra e das construções.

Magalhães, Tonucci e Silva (2011) utilizando dos dados levantados na elaboração do PDDI-RMBH indicam que entre 2003 e 2010 a quantidade de imóveis ofertados no município de Belo Horizonte, tanto no mercado de aluguéis, quanto de comercialização, cai cerca de 50% (o que reflete um aumento na velocidade de vendas e redução do saldo disponível, e não uma queda no número de lançamentos). Os preços médios, por sua vez, mais que duplicam no período, o que atinge bairros de padrões distintos de formas diferentes, mas observa-se que os bairros de padrão popular se valorizam mais intensamente que os demais, em termos relativos. Nesse sentido, observa-se esse crescimento no gráfico – 01 à seguir:

**Gráfico 1: Índice dos preços médios e quantidades ofertadas em Belo Horizonte**



Fonte: IPEAD/UFMG (2010)

Dessa forma tem-se uma valorização praticamente generalizada do solo do município de Belo Horizonte, destacando os bairros populares da capital, geralmente localizados perto dos eixos viários mais importantes. Essa valorização obriga a população residente que não possui condições de se manter, a buscar áreas nas quais os preços são compatíveis com seus recursos financeiros, ou seja, obriga-os a ir para as periferias. Segundo Magalhães, Tonucci e Silva (2011, p.33) o município de Belo Horizonte, de modo geral, “vem entrando num processo de elitização”. Essa situação se deve ao fato de que o capital imobiliário tem encontrado resistência em entrar em determinados municípios devido ao próprio estigma da localidade, da segregação socioespacial, das condições da infraestrutura, da proximidade de indústria poluidoras, entre outros. (MAGALHÃES, TONUCCI, SILVA, 2011)

Assim, evidencia-se que a dinâmica imobiliária possui um componente espacial intrínseco de valorização de determinadas áreas que, por consequência, diminui o valor de outras áreas. Existe então um “movimento duplo de gentrificação e pauperização” (MATHIEU, 1997, p.3) que seleciona o espaço de moradia de cada classe social. Uma área passa pelo processo de gentrificação, destinando-se a ocupação da classe abastada, devido ao nível da construção, a oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Outra área é ocupada pelos pobres que, sem opção no mercado de terras urbano, alocam-se em espaços precários, com baixa ou nenhuma infraestrutura e que possui baixo preço de terra, formando assim a pauperização de determinados locais.

O processo de especulação imobiliária cria, a partir dos investimentos públicos e privados, um mercado residencial e de serviços destinado às camadas abastadas a partir da expulsão dos pobres para áreas mais distantes, sendo esse processo intensificado com a explosão e aumento dos preços dos terrenos. Como lembra Kowarick (1980, p.22) ocorre nas cidades “[...] a exclusão das camadas pobres para a periferia da cidade, quando investimentos públicos e privados valorizam determinadas áreas.” Essedismatch entre a população pobre e o preço da terra criou a incapacidade dessa população em se manter nas áreas mais centrais, sendo empurradas para locais cada vez mais distantes dos centros, do trabalho, dos serviços urbanos, da dignidade. Como é destacado por Damiani (2004, p.45) na cidade capitalista “o direito à terra se converte numa forma de capital”. O acesso à moradias se faz mediante a capacidade de consumo dos grupos, favorecendo ainda mais para que os pobres estejam em situação de vulnerabilidade. Ainda que os governos proclamem a ação de interesse social, o acesso a moradia é determinado, exclusivamente, pela ação do livre mercado.

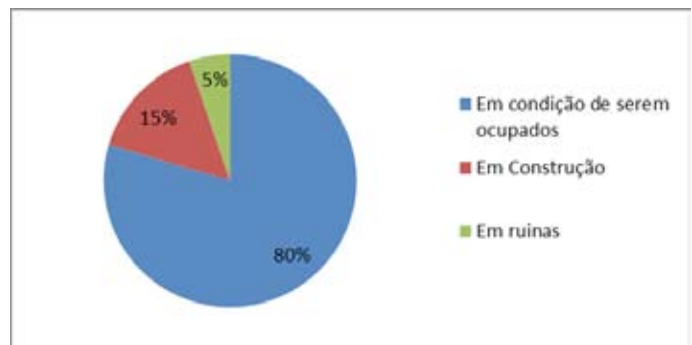
### **A falta de terrenos disponíveis para a oferta de habitação de interesse social**

Como é identificado no estudo da Fundação João Pinheiro (2005), existe a simultaneidade entre o déficit e ociosidade habitacional na RMBH. Segundo os dados da pesquisa de 2005 existem 163.554 domicílios vagos enquanto há 104.048 famílias morando em condições características do déficit habitacional, que corresponde à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento à demanda não solvável pelas condições de mercado (incluem-se aqui as seguintes características: 1) ônus excessivo com aluguel; 2) coabitação

familiar não voluntária; 3) adensamento excessivo em domicílios alugados; 4) habitação precária.

Observa-se que os domicílios vagos seriam mais do que o necessário para suprir a demanda de todas as famílias que estão em déficit habitacional. É importante ainda destacar, como pode ser visualizado no gráfico a seguir, que não seria necessária a construção de uma única unidade habitacional para atender a demanda. Os domicílios vagos em condição de serem ocupados representam, de acordo com a referida pesquisa, cerca de 80% do total, que em valores absolutos corresponde a aproximadamente 130.756. Essa quantidade, além de atender a demanda habitacional ainda resta domicílios vagos.

**Gráfico 2: Condição dos Domicílios vagos em Belo Horizonte - 2005**



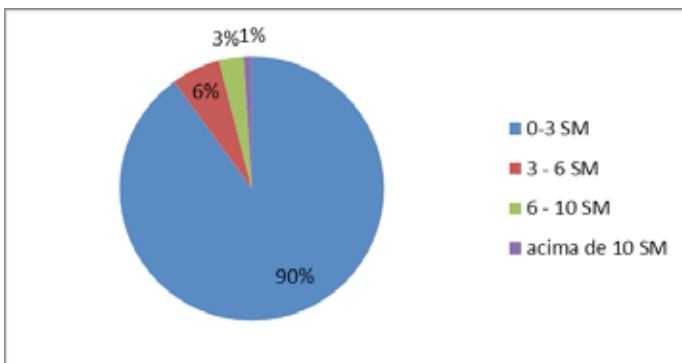
Fonte: FJP (2005)

Essa ociosidade é gerada quando um lote ou um edifício permanece vazio apesar de apresentar condições de ocupação. Isso se deve essencialmente pela necessidade do mercado imobiliário, que nega suprir as necessidades da população em nome do lucro das empresas e corporações imobiliárias. Como é bem destacado por Maciel e Baltazar (2011, p.12):

O fenômeno da vacância imobiliária segue a lógica de mercado, uma vez que a reserva de imóveis para os capitais, independentemente das necessidades sociais de uso, é uma ação voltada fundamentalmente para o valor de troca.

A distribuição do déficit habitacional por faixa salarial também é útil para uma comparação entre a concentração das moradias desocupadas e a distribuição dos grupos carentes de habitação no território metropolitano.

**Gráfico 3: Déficit habitacional por faixas de renda em Belo Horizonte - 2005**



Fonte: FJP (2005)

De acordo com a Fundação João Pinheiro(2005), cerca de 90% do déficit habitacional de Belo Horizonte se concentra em áreas cuja renda da população é igual ou inferior a 3 salários mínimos, ao passo que, como visualizado, um grande número de unidades vazias se localiza em áreas ocupadas por famílias com rendimentos acima dessa faixa salarial. Em números absolutos, isso significa dizer que de 104.048 famílias carentes de moradia na RMBH, cerca de 94.000 têm rendimento igual ou menor a três salários mínimos. Entretanto, 58% dos imóveis vagos da RMBH não estão localizados em áreas habitadas por essas famílias. Do total de 163.554 domicílios ociosos, cerca de 95.000 situam-se em áreas cujos chefes de família possuem rendimento médio mensal superior a três salários mínimos. (MACIEL; BALTAZAR, 2011)

O déficit habitacional da população pobre vem sendo solucionado por duas linhas principais no município de Belo Horizonte: o chamado programa Vila Viva, de urbanização de vilas e favelas; e o programa Minha Casa, Minha Vida. Explorar-se-á à seguir cada um desses programas, que parecem contribuir, ainda mais, para a expulsão dos pobres.

### **Os projetos de urbanização de vilas e favelas: Vila Viva**

Em Belo Horizonte têm-se colocado em curso pelo governo municipal o projeto Vila Viva, em que objetiva a urbanização de favelas sob o pretexto de resolver moradia de baixa renda que se encontra em condição de risco.

No entanto, em estudo recente da PUC-Minas foi demonstrado um desencontro da ação e dos objetivos propostos pelo programa Vila Viva. Nesse estudo Avelar, Lino, Ferrari e Pereira (2011) demonstraram que a

maioria das favelas e vilas atendidas pelo programa não se encontram em áreas de risco, estas delimitadas pela própria prefeitura. Assim, segundo as autoras, o programa estaria agindo com interesses escusos, objetivando, em realidade, favorecer o processo especulatório de áreas próximas as moradias de classe média e alta belorizontina.

Dessa forma, ao urbanizar essas vilas, e com a conseqüente formalização dos custos de vida em serviços urbanos, como água e luz elétrica, a população pobre é obrigada a deixar suas antigas moradias para buscar áreas mais coerentes com sua renda mensal, deixando o espaço anterior livre para o jogo imobiliário.

Esse processo é descrito, ainda em 1980, no município de São Paulo, em estudos de renomados pesquisadores como Lúcio Kowarick (1980; 2000) e Milton Santos (1990). Segundo Kowarick (1980, p.60):

Até mesmo os programas que se destinam para a assim chamada demanda de “interesse social” não só são quantitativamente pouco expressivos, como também, frequentemente, as camadas que deveriam ser beneficiadas não têm condições de amortizar as prestações previstas pelas fantasiosas soluções oficiais. O resultado é que as habitações ou ficam vazias ou acabam sendo transferidas para grupos de renda mais elevada enquanto que as pessoas a quem se destinavam os programas subsidiados pelo poder público acabam voltando às suas condições originais de moradia.

Revela-se, então, que a questão habitacional da população de baixa renda não é resolvida por políticas habitacionais de urbanização das vilas e favelas, pois esse processo acompanha uma conseqüente valorização da terra e um aumento do custo de vida da população, que deve sobreviver com rendimentos limitados. Dessa maneira, aumenta-se o ônus social desse grupo, obrigando-o a realizar um movimento buscando uma área mais condizente com sua classe social.

Resultado esse compartilhado por Santos (1990, p.37) identificando que:

Os pobres são as grandes vítimas, praticamente indefesas, desse processo perverso. Num primeiro momento, para as classes trabalhadoras, as transformações revelando-se em melhoramentos, benfeitorias proporcionadoras de melhores condições de vida, são aceitas com euforia. [...] Mas qualquer investimento realizado implica maior valorização do espaço, em geral, muito acima do que a par-

cela mais explorada da classe trabalhadora pode pagar. Ela é então expulsa para as áreas menos valorizadas.

Dessa forma a razão exposta por Santos (1990) para a dificuldade da classe trabalhadora de se manter nos terrenos passados pelo processo de revitalização reside no incremento do custo de vida. Gastos com água, energia elétrica e limpeza urbana são elevados de forma insustentável para as famílias pobres que veem parcela substancial dos rendimentos serem consumidas por esses serviços. Isso significa que, embora seja vista como “melhorias” urbanas, esse processo de urbanização das vilas e favelas conduz, em médio prazo, a expulsão dos pobres, devido a incapacidade dessas pessoas de arcarem com as novas despesas.

### **Programas de Habitação Popular:**

Segundo Santos (2011) os programas de habitação criados para atender Belo Horizonte produziram ainda mais segregação e exclusão. Relacionada ao cenário político da década de 70, que sob o autoritarismo, promoveu uma intensa política de reestruturação do território nacional a partir da criação das regiões metropolitanas, a criação de programas de habitação eram espacialmente localizados, e a localização pensada estrategicamente para atender as necessidades que o capital levantava. No âmbito da RMBH esse período foi marcado por intensa construção de conjuntos habitacionais populares utilizando recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em municípios limítrofes para abrigar a população excluída da capital.

Como é esclarecido por Kowarick (1980), o BNH foi um poderoso instrumento de acumulação, pois drenou grande soma de recursos das camadas assalariadas da população (por meio do FGTS) para ativar o setor da construção civil fornecendo moradias para a população de baixa renda de forma padronizada, distantes dos centros e muitas vezes eram precárias. Essas moradias, de acordo com o referido autor foram construídas não para garantir a classe trabalhadora os meios necessários para a reprodução da vida, mas para aproveitar e se apropriar de todo e qualquer excedente gerado na produção de moradias urbanas. O autor afirma que:

A produção de habitações resulta de uma complexa rede de agentes, inclusive comerciais e financeiros, na qual o controle sobre a terra urbana constitui um fator fundamental no preço das mercadorias colocadas no mercado. (KOWARICK, 1980, p.60)

Em sua pesquisa Santos (2011) apresentou que a ação da COHAB-MG, órgão estadual para a questão habitacional em Minas Gerais, promoveu a lógica da segregação. Ao longo da década de 1970 e 1980 promoveu a construção de moradias para as famílias de baixa renda, utilizando recursos do BNH/SFH, e o fez, majoritariamente, fora do território de Belo Horizonte, em cidades como Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Vespasiano.

Atualmente o programa de habitação que vem atuando com mais força é o Programa Minha Casa, Minha Vida, criado sob o governo Lula em 2009, que consiste no financiamento de habitação em conjunto popular. Recebido entre idolatrias e críticas severas o programa permaneceu muito devido a sua íntima relação positiva com a produção e reprodução do capital. Bastos (2012) em estudo recente conclui que:

O programa MCMV [Minha Casa, Minha Vida] promove a produção de habitação de interesse social pelo Sistema de Mercado sem garantir qualquer vinculação desta produção aos instrumentos jurídicos e urbanísticos limitadores do direito à propriedade imobiliária. E isto se explica porque o seu fundamento derradeiro é a remuneração da capitalização da renda da propriedade monopolística da terra urbana e não o cumprimento da função social definida nos Planos Diretores. (BASTOS, 2012, p.91)

O programa garante que a propriedade definitiva das unidades habitacionais seja transmitida apenas ao final do pagamento das intermináveis prestações além de fornecer segurança jurídica à instituição financeira que pode reaver o imóvel. Dessa forma, sem oferecer qualquer mudança financeira para o público-alvo para auxiliá-los o que acontece, segundo Bastos (2012) é que a unidade habitacional, provavelmente retornará ao centro do capital imobiliário, que poderá readaptar-se para novos grupos e assim aumentar os lucros.

Cabe ainda destacar que, no ponto de vista espacial o programa possui atuação semelhante, senão, idêntica, ao seu antecessor. No contexto da RMBH, a maioria dos conjuntos criados pelo programa estão localizados em outros municípios que não Belo Horizonte (em BH existe apenas três empreendimentos em execução, todos próximos à fronteira de outros municípios).

Nesse cenário de exclusão socioespacial apresentado, o capital imobiliário, apoiado pelas ações estatais, utilizou o solo urbano para garantir a sua acumulação. O poder público, estruturando e requalificando o território da Capital, além de se omitir quanto à livre atuação do

capital imobiliário, que se aproveitou das intervenções estruturantes promovidas pelo próprio poder público, teve papel preponderante na produção de exclusão e expulsão da população pobre de Belo Horizonte.

### **A remoção de moradias precárias:**

No capítulo anterior foi demonstrado que Belo Horizonte colocou em curso diversos processos de expulsão da população de baixos rendimentos financeiros para atender as necessidades e aos interesses da produção da metrópole corporativa.

Liberato (2007) afirma que em muitos bairros da capital mineira localizados nas regiões Sul e Sudoeste, como Anchieta e Gutierrez, a população pobre foi substituída por prédios, atendendo a demanda dos setores médios da sociedade belo-horizontina. Cabe destacar que a remoção ocorre para a realização de obras urbanísticas e/ou imobiliárias, retirando a população pobre que viva naquela área. Nesse processo a população é retirada pelo poder público, mediante negociações ou, às vezes, frente ao uso da força.

Esse processo de expulsão é recorrente nas cidades capitalistas. Como informa Engels (1872 apud HARVEY, 2011, p.145):

A burguesia tem apenas um método para resolver à sua maneira a questão da habitação – isto é, resolvê-la de tal forma que a solução produza a questão sempre de novo. [...] através da abertura de brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante a grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... Ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente nas vizinhanças imediatas. [...] a mesma necessidade econômica que os tinha provocado no primeiro sítio os produz também no segundo.

Segundo Harvey (2012, p.17), mesmo depois de 140 anos, “[...] o processo que Engels descreveu é constantemente recorrente na história da urbanização capitalista”. Ainda Harvey (2011) salienta que, para obter sucesso, os desenvolvedores do capitalismo recorrem a diversos tipos de esquema, legais e, até mesmo ilegais, que vão da subversão política à força

bruta usando o aparato opressor do Estado para limpar o espaço de acordo com seus interesses.

Ainda deve-se deixar claro que o processo de expulsão descrito possui uma clara dimensão de classe, pois, segundo Harvey (2012, p.), “[...] quase sempre são os pobres, os desprivilegiados e aqueles marginalizados do poder político que sofrem primeiramente e principalmente desse processo”.

Esses processos de remoção é o resultado de uma estética urbana altamente elitista aliada à um cenário político submisso aos interesses do capital, em que se reproduz a cidade de acordo com os desejos das forças dominantes.

### **Propiciar a extensão do tecido urbano**

Brito (2000) identifica o caráter estratégico e consorciado da urbanização. O processo de urbanização está imbricado à um rol de empresas (maioria de capital aberto) envolvidas em atividades urbanizadoras.

A expulsão dos pobres, destinando-os a ocupar a periferia representa um reforço à expansão radial da cidade. Assim, de acordo com Santos (1990), esse processo favorece a economia política da cidade capitalista pois abre novos campos para a especulação imobiliária, além de atuarem como extensores urbano. “A localização periférica justifica à instalação de serviços públicos, ou, em todo caso, à sua demanda” (SANTOS, 1990, p.37). O ganho dos direitos (mínimos à reprodução da vida), são efetivados, muitas das vezes através da ação política e da luta dos movimentos sociais. No entanto, sua ação aparece ineficaz à longo prazo, uma vez que constitui elemento para uma nova expulsão, já que “qualquer investimento realizado implica em uma maior valorização do espaço muito acima do que a parcela mais explorada da classe trabalhadora pode pagar” (SANTOS, 1990, p.38)

Harvey (2009, p.10) deixa claro que a expansão do tecido urbano é um dos principais caminhos para resolver o problema do capital excedente. Segundo o autor:

A luta contemporânea para absorver o capital excedente em uma fase frenética da construção das cidades, representadas pelo crescimento de seu tecido urbano ao longo das linhas do horizonte de tantas cidades do mundo. (HARVEY, 2009, p. 10)

Assim, Belo Horizonte segue expandindo o tecido urbano, enquanto que os pobres são, constantemente, expulsos para novas e mais distantes periferias. A pobreza representa então a linha de frente da urbanização ao mesmo tempo em que essa urbanização não se faz para os pobres.

## À Guisa de conclusão:

Demonstra-se, dessa forma, que o processo de expulsão da população da pobre de Belo Horizonte para outros municípios (LIBERATO, CANETTIERI, PEREIRA, 2012) possui diversos mecanismos para atuar nesse processo. Essa situação é recorrente nas cidades capitalistas. Para aumentar os lucros e a acumulação do capital é necessário deslocar esses indivíduos que não representam o interesse da classe dominante em mantê-los em áreas centrais, sendo empurrados para as periferias, precárias e distantes.

Os diversos mecanismos (o mercado imobiliário, a manutenção do déficit habitacional, a urbanização de favelas, programas de habitação popular, as remoções das populações) estão todos apoiados no aparato do poder público, de legislação, jurisdição e executivo, de forma direta ou indireta. Tornando assim a ação ainda mais difícil de tornar reversível, devido ao respaldo legal que é oferecido à elas. Cabe refletir sobre a ação do Estado na produção da desigualdade, das justificativas legalistas que contribuem à manter a situação de desigualdade e exclusão. Deve-se deixar claro, seguindo autores tais como Lojkin (1981) e Harvey (2012) que, apoiados na teorização de Marx, que o Poder Público representa um grande poder da classe hegemônica e é utilizado de forma a reproduzir a situação de dominação. Lojkin (1981) em sua obra “O Estado Capitalista e a Questão Urbana” deixa claro a participação que o poder público têm na produção das cidades, atuando de forma a aumentar a apropriação dos lucros. Harvey (2011; 2012) por diversas vezes destaca a existência de uma parceria público-privada, em que o governo vai satisfazer as necessidades que o capital cria para sua reprodução ampliada.

Santos (1990, p.105) lembra que, por diversas vezes, “o poder público é chamado a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade, seguindo o movimento geral do sistema capitalista” e sob o comando do grande capital.

Esse processo de exclusão ainda possui elemento primordial para satisfazer as necessidades capitalistas. Harvey (2012) considera que a urbanização do capital representa a necessidade de absorver e reinvestir que a acumulação capitalista gerou. Dessa forma, a extensão do tecido urbano é uma saída, para recolocar em movimento o giro do capital, ampliando a espoliação dele decorrente. Como exposto por Santos (1982) nesse momento a pobreza cumpre papel fundamental, pois atua como linha de frente do processo de extensão. Assim, a tendência é que, conforme as cidades continuem crescendo, as periferias pobres se desloquem para áreas cada vez mais distantes das áreas centrais.

Cabe salientar ainda que todas as causas aqui exploradas possuem um denominador comum: A produção de uma metrópole corporativa (SANTOS, 1993). Mesmo com o discurso político e técnico da gestão e do planejamento urbano vigente de uma forma mais humana de agir, ou o privilégio da solidariedade ao invés da competitividade não passam de máscaras do real problema.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. **Caderno MetrÓpole**, v.12, n.23, São Paulo, 2010. (p.169-186)
- AVELAR, Cristiane; LINO, Daniela; FERRARI, Guilherme; PEREIRA, Janaína. **O programa Vila Viva como mecanismo de desfavelização na cidade de Belo Horizonte**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Ciências Humanas, Curso de Geografia – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.
- BASTOS, Rodrigo. **Economia Política do Imobiliário - Programa Minha Casa Minha Vida e o Preço da Terra**. (Dissertação de Mestrado) Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- BRITO, Mônica Silveira. **A Participação da Iniciativa Privada na Produção do Espaço Urbano**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2000.
- CANETTIERI, Thiago; LIBERATO, Rita de Cássia. ; PEREIRA, Thiago. Exclusão e Expulsão na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **Anais do XII Seminário Internacional Iberoamericano da Rede de Investigadores sobre Globalização e Território**, Belo Horizonte: RII, 2012.
- DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.). **Geografias de São Paulo: Representação e crise da metrópole**. 1.ªed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19-58.
- DIKEÇ, Mustafa. L'espace, le politique et l'injustice. In: **Annals of the Conference Spatial Justice**, Paris:JSSP, 2008.
- FJP, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional do Brasil – 2005: Municípios e Regiões Metropolitanas**. Belo Horizonte: FJP, 2005.
- HARVEY, David. A destruição criativa da terra. In: HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres: Verso, 2012.
- KOWARICK, Lúcio. **Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Cidade e exclusão**: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte. (Tese de Doutorado) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade de Minas Gerais, 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MACIEL, Ana Paula; BALTAZAR, Ana Paula. Família sem casa e casas sem família: O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Caderno Metrópole**, v.13, n.26, São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, Felipe Nunes; TONUCCI, João Bosco; SILVA, Harley. Valorização imobiliária e produção do espaço: Novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloisa Soares. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MATHIEU, Nicole. Pour une nouvelle approche spatiale de l'exclusion sociale. **Strates**, n.9, 1997.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitc, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa fragmentada**. São Paulo: Edusp, 1993.

VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otília. Pátria, empresa e mercadoria. In: Vainer, Carlos; Arantes, Otília; Maricato, Ermínia. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.